



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br



Foto: Divulgação/ Semob-DF

GDF vai ao STF para derrubar lei de plano de saúde para profissionais do transporte público

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) após o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) considerar válida a lei distrital nº 7.446/2024. A legislação exige que os editais de licitação para empresas de transporte coletivo rodoviário do DF incluam a oferta de plano de saúde para motoristas e cobradores.

O TJDFT acatou o pedido da Câmara Legislativa (CLDF), após o GDF alegar que a norma invade a competência da União para legislar sobre questões trabalhistas.

No entendimento do presidente do Tribunal, desembargador Waldir Leônico Júnior, a lei é válida porque regula apenas critérios de contratação via licitação, sem interferir diretamente nos direitos trabalhistas. Apesar disso, a matéria foi encaminhada ao STF devido ao caráter constitucional.

Inicialmente, o processo seria analisado pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso. No entanto, por falta de urgência, foi redistribuído ao ministro Cristiano Zanin. A decisão só deve ser proferida em janeiro, após o recesso forense.

Desdobramentos do 8/1 estão previstos em 2025

O relatório preliminar da Polícia Federal (PF), concluído no fim de outubro, aponta responsabilidades da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) e da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Segundo fontes ouvidas pela coluna, estão previstos desdobramentos para 2025.

Encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), o documento identifica falhas de integrantes que lideravam a SSP-DF na época, mas ainda não apresenta indiciamentos. De acordo com os investigadores, novas provas estão sendo reunidas para aprofundar as responsabilizações.

Entre os pontos que chamam atenção, está a ausência de disseminação de um relatório de inteligência da pasta para todas as áreas da SSP-DF e para parte dos membros da PMDF. O próprio documento preliminar da PF menciona que essa omissão comprometeu as ações preventivas. Outro destaque é que, em uma reunião realizada entre integrantes da PF e da SSP-DF, na véspera do 8 de janeiro, o relatório de inteligência elaborado pela própria secretaria não foi mencionado. Na ocasião, membros da SSP-DF minimizaram a gravidade do movimento que ganhava força naquele fim de semana.



Ed Alves/CB

Mudança no secretariado do GDF

O governador Ibaneis Rocha (MDB) exonerou Jorge Azevedo do cargo de secretário de Projetos Especiais. No entanto, o ex-secretário foi nomeado, na mesma edição do *Diário Oficial*, como assessor especial da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (Sedet).

Para substituir Azevedo, o advogado Marcos Araújo Pinto Teixeira foi indicado ao cargo. Ele já atuou no gabinete do deputado distrital Thiago Manzoni (PL), que foi o responsável por sua indicação à nova função.



Arquivo pessoal

Mudança no comando dos Bombeiros

O coronel Sandro Gomes Santos da Silva deixou o comando-geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) após oito meses no cargo. A mudança foi solicitada pelo próprio oficial e resultou na nomeação de Leonardo Duarte Raslan, integrante da corporação desde 1996 e ex-ouvidor da Casa Militar do DF.

Na noite de Natal, Raslan ceou com bombeiros de plantão no batalhão de Taguatinga, marcando o início de sua gestão à frente da corporação.

Ordem de serviço para reforma da DF-009

O governador Ibaneis Rocha (MDB) assina hoje a ordem de serviço para a reforma da DF-009, conhecida como Estrada Parque Península Norte (EPPN).

Policiais militares terão câmeras corporais em 2025

Os policiais militares terão câmeras corporais em 2025. É desejo do governo federal e da própria corporação, que agora contará com recursos federais para adquirir o material. As câmeras devem ser incorporadas aos uniformes dos PMs no primeiro semestre do ano que vem. A partir de 15 de janeiro, a corporação receberá R\$ 12 milhões para equipar a tropa, valor proveniente de um edital da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

O montante, no entanto, é um pouco menor do que o projetado inicialmente pela Polícia Militar do DF. Em um edital entregue ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), a corporação havia estimado o custo em R\$ 15 milhões. Na época, a licitação foi suspensa após o TCDF apontar superfaturamento de mais de R\$ 3 milhões.

Agora, a supervisão será realizada pelo Ministério da Justiça, já que os recursos são oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, ambos fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



PM-SP/Divulgação



Renato Alves/Agência Brasília

"Absurdo privilegiar bandidos", diz Ibaneis sobre decreto de Lula em uso da força policial

O decreto publicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que regulamenta o uso da força por policiais em todo o Brasil, tem gerado críticas de alguns governadores que se opõem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O texto apresenta princípios gerais em vez de diretrizes detalhadas, atualizando uma portaria do MJSP vigente desde 2010. Entre as determinações, o decreto proíbe o uso de armas de fogo contra pessoas desarmadas em fuga ou contra veículos que desobedecem bloqueios policiais, exceto em situações onde houver risco à vida de policiais ou de terceiros.

"É um absurdo privilegiar bandidos e desprestigiar as forças policiais. O pior é que isso afronta a Constituição e fere a competência dos governadores na gestão das polícias", criticou o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), à coluna.

Além disso, o decreto enfrenta oposição de outros governadores, como Ronaldo Caiado (União), de Goiás, e Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro. Este último já anunciou a intenção de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando vício de iniciativa no documento.

Acompanhe a cobertura da política local com @pgiovannic

» ENTREVISTA | PASTOR DANIEL DE CASTRO | DEPUTADO DISTRITAL (PP)

Ao *CB.Poder*, o parlamentar alertou sobre necessidade de vigilância para manter fundo porque ameaça de corte continuará existindo

Ameaça ao FCDF ainda existe

» HENRIQUE SUCENA*

O deputado distrital Pastor Daniel de Castro (PP) debateu a importância da manutenção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) durante o programa *CB.Poder — parceria*

entre o *Correio* e a *TV Brasília*, da última terça-feira (24/12). Aos jornalistas Arthur Souza e Carlos Alexandre, o político também defendeu a necessidade de transparência e rastreabilidade nas emendas parlamentares e sobre o trabalho que faz em prol das mulheres.

Wanderlei Pozzembom/CB. DA.Press



Aponte a câmera do celular e assista à entrevista

Como o senhor avalia a atuação da bancada do DF na defesa do Fundo Constitucional? Ainda há uma ameaça em relação à perda ou corte do benefício?

Eu creio que a ameaça existe e vai continuar existindo, porque não é a primeira vez. O FCDF tem um princípio constitucional importante para a cidade. Brasília não é apenas nossa, é do Brasil e do mundo. Aqui estão os organismos internacionais, as embaixadas e a sede do governo nacional.

Quando o legislador instituiu o FCDF, ele previu um maior aporte para a segurança, para a educação e para a saúde do DF. Nós vivemos um momento em que precisamos cumprir a Constituição. Os Poderes são independentes, mas eles precisam ter harmonia entre si, precisa haver o diálogo.

Eu acho que nessa reta final houve um diálogo muito intenso

do governador Ibaneis (Rocha), da vice-governadora Celina Leão, dos deputados federais, e diga-se de passagem de quase todos os partidos, como o MDB, PT, PP e Republicanos. Todo mundo foi para cima, grandes nomes da esfera federal e do Poder Judiciário se pronunciaram a favor do FCDF.

O presidente ainda pode vetar a decisão. Não seria o caso de a Câmara (do Distrito Federal) e o senhor tentarem fazer um movimento mais forte no ano que vem para garantir esse recurso?

Nós já começamos a fazer. Eu tive uma reunião com a senadora Damares e ela teve uma reunião com vários deputados dos partidos. É impossível o presidente Lula não ouvir essas vozes representativas dos seus estados que defendem a segurança jurídica do FCDF. Isso (corte ou redução dos recursos) iria

trazer o caos para o DF. Traria desemprego, geraria insegurança, aumentaria a criminalidade.

Acredita que faltam conversas para as pessoas que são de fora de Brasília conhecerem o que é, e para que serve o Fundo Constitucional para, assim, não haver novas investidas contra ele?

Eu percebi que existe uma falta de informação, sim, de parlamentares de outros estados e isso leva também os governadores a acharem que Brasília é privilegiada no seu orçamento. Isso precisa ser retirado da cabeça das pessoas e vai ser feito através desse diálogo com os parlamentares. É preciso visitar os deputados, senadores e os

seus partidos para levar o que realmente significa o Fundo Constitucional não só para Brasília, mas para o Brasil.

Explica para o pessoal como é que funciona o Gabinete nas Ruas, iniciativa sua lá na Câmara.

Eu vejo que o parlamentar, seja quem for ele, tem a obrigação de prestar contas daquilo que ele faz. A população quer muito isso. Então, nós criamos uma espécie de gabinete na rua. Não sou só eu, tem vários deputados que têm esse trabalho lá na Casa, eu acho muito importante. Quando nós vamos para a comunidade, levamos impressos dizendo o que a gente fez de projeto de lei e de indicação para o governo.

Eu monto uma tenda e ouço as pessoas, as demandas delas. São elas que sabem do que necessitam.

Eu acho que essa é uma atitude que o eleitor espera do parlamentar que recebeu seu voto. Saber o que ele está fazendo em retorno de um voto de confiança. Somos servidores desse cidadão que confiou a nós o seu voto. Isso é muito forte, muito sagrado. A população é tranquila, mas na eleição seguinte, se ela entender que não foi bem representada, muda o seu representante.

Existe uma decisão do Supremo cobrando transparência e rastreabilidade das emendas que são aprovadas no Congresso Nacional. Na Câmara Legislativa, o senhor acredita que isso também funciona?

A Câmara Legislativa goza de um momento muito especial. Nós fomos considerados a Câmara mais transparente do Brasil. Isso aconteceu porque tem muita publicidade, muito diálogo. Informamos tudo para a população através da TV Câmara e de todas as nossas audiências, que são transmitidas ao vivo. A população participa. São mais de um milhão de acessos, para você ter ideia.

Na questão das emendas, o cidadão precisa saber não só das

emendas que aporta, como também das instituições que recebem essas emendas. E aí é que está o grande perigo. Eu sou um cara cuidadoso quanto a isso. O meu gabinete analisa minuciosamente a aplicação de cada emenda destinada. Ela precisa cumprir a sua função.

O senhor faz um trabalho importante relacionado aos cuidados com as mulheres. Quais são os principais projetos que o senhor aprovou e foram sancionados em relação a essa causa?

Entre projetos e proposições, somamos 182 projetos de lei. Criamos o projeto "Mulher em Evidência", que, a partir do próximo ano, levará às cidades, escolas, faculdades e shoppings a proeminência das mulheres em diversas áreas: cultura, saúde, educação e esporte.

Outro destaque é o Código de Defesa da Mulher, que criamos com 50 artigos. Ele reúne diversas leis existentes, facilitando o acesso aos direitos femininos. Muitas vezes, as mulheres não sabem onde buscar informações sobre seus direitos ou como denunciar uma agressão.

* Estagiário sob supervisão de Adriana Bernardes